



**2022/0212(BUD)**

29.9.2022

## **PARECER**

da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

dirigido à Comissão dos Orçamentos

sobre o orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2023 – todas as secções  
(2022/0212(BUD))

Relator de parecer: Andrea Caroppo

PA\_NonLeg

## SUGESTÕES

A Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural insta a Comissão dos Orçamentos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Enfatiza a necessidade de medidas robustas com vista a assegurar a renovação geracional no setor agrícola, apoiando as empresas em fase de arranque dos jovens agricultores, agilizando a sua entrada na atividade agrícola e facilitando a aquisição de explorações agrícolas por jovens e mulheres, dado que desempenham um papel fundamental na manutenção da resiliência económica das zonas rurais; apela ao aumento dos níveis de apoio aos jovens agricultores;
2. Observa com preocupação que nas zonas rurais, a parte do rendimento das atividades agrícolas está a diminuir e que prossegue o êxodo agrário rural, com a consequente diminuição do número de pessoas que trabalham plenamente neste setor, bem como uma diminuição da parte dos rendimentos da agricultura na estrutura de rendimentos dos agregados familiares que exploram explorações agrícolas; faz notar que o despovoamento tem um impacto negativo na agricultura e nas zonas rurais e remotas; salienta que esta situação aumenta o risco de pobreza e exclusão social; apela à Comissão e aos Estados-Membros para que prestem mais atenção ao financiamento das zonas rurais pelo Fundo de Desenvolvimento Regional e pela política de coesão; constata a crescente necessidade de jovens profissionais altamente qualificados nas regiões e exorta os Estados-Membros a tomarem as medidas necessárias, nomeadamente incentivos financeiros, para incentivar os jovens a estudarem profissões agrícolas e facilitar a transferência de conhecimentos dos mais velhos para a geração mais jovem;
3. Insta a Comissão e os Estados-Membros a afetarem recursos orçamentais com vista a conceber e aplicar medidas de combate às disparidades de género; sublinha a necessidade imperiosa de proporcionar um ambiente favorável às mulheres empresárias nas zonas rurais – incluindo aspetos jurídicos e políticos – que conduza a um maior acesso à informação, aos conhecimentos e às competências e que facilite o acesso a recursos financeiros, levando à criação de mais empregos nas zonas rurais;
4. Salienta a importância de financiar a investigação e a inovação no setor agroalimentar através do orçamento do programa Horizonte Europa, das Parcerias Europeias de Inovação, de projetos-piloto, de ações preparatórias e da introdução de tecnologias agrícolas inovadoras e de biotecnologias de evolução assistida sustentáveis; recorda a necessidade de a Comissão em particular identificar medidas que permitam prestar informações atualizadas e assistência técnica independente e imparcial aos agricultores – incluindo os pequenos, médios e jovens agricultores – a fim de lhes permitir ter acesso aos benefícios de tais programas; destaca, a esse respeito, a necessidade de equilíbrio geográfico entre os Estados-Membros no acesso aos fundos desses programas; releva a necessidade de assegurar que os resultados da investigação e da inovação cheguem ao nível das explorações agrícolas; realça que os agricultores necessitam de alternativas aos produtos fitofarmacêuticos químicos e aos fertilizantes sintéticos e que, para tal, é necessário acelerar a aprovação desses produtos e a sua introdução no mercado; convida

a Comissão a verificar quais as fontes de financiamento que poderiam ser direcionadas para o desenvolvimento de fertilizantes sustentáveis e a produção de produtos fitofarmacêuticos alternativos, por exemplo, a rubrica orçamental para o EIT no âmbito do Horizonte Europa;

5. Sublinha o papel central desempenhado pelas iniciativas de desenvolvimento local de base comunitária na manutenção e recuperação de economias rurais locais prósperas e a necessidade de manter um nível suficiente de financiamento para o programa LEADER; insta os Estados-Membros a utilizarem plenamente as capacidades do programa LEADER;
6. Congratula-se com os esforços desenvolvidos pela União para acelerar a transformação digital na agricultura e nas zonas rurais, que é determinante para assegurar a resiliência e travar o despovoamento destas zonas; observa que o apoio aos investimentos na modernização e na inovação continua a ser importante para que o setor agrícola possa contribuir para o cumprimento dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, da Estratégia de Biodiversidade e da Estratégia do Prado ao Prato; salienta que a transformação digital na agricultura necessita de mais apoio, especialmente porque os intervenientes na cadeia agroalimentar são confrontados com o impacto crescente da guerra da Rússia na Ucrânia e da pandemia de COVID-19; constata que, apesar da agenda para a digitalização, um relatório recente do TCE salienta que obstáculos básicos – como a falta de normalização dos formatos de dados – fazem com que muitos dados agrícolas ainda não sejam utilizados eficazmente ou em todo o seu potencial;
7. Salienta a falta de políticas rurais com vista a criar um ecossistema de inovação para apoiar a criação de conhecimentos e a difusão tecnológica; insta a Comissão e os Estados-Membros a realizarem investimentos suficientes em competências e infraestruturas de TIC, facilitando o acesso dos empresários e das PME e apoiando o desenvolvimento da cadeia de abastecimento local;
8. Insiste em que todas as receitas para o orçamento da União decorrentes de receitas afetadas ou de reembolsos por irregularidades no domínio da agricultura em anos anteriores devam permanecer nesse domínio;
9. Insiste em que a Comissão apresente planos comuns de reconversão varietal para as regiões já afetadas por agentes patogénicos e preste apoio financeiro e assistência técnica gratuita aos agricultores para o efeito; recorda que, também neste contexto, a investigação é essencial para encontrar soluções técnicas que possam ser mobilizadas para adaptar a nossa agricultura às alterações climáticas;
10. Constata que as comunidades rurais e os agricultores – especialmente os pequenos e jovens agricultores – são afetados pela sua capacidade de investimento limitada, sendo a principal razão para tal o aumento dos preços da energia e a crise do gás – que estão a ter um efeito de arrastamento, aumentando o custo das matérias-primas;
11. Insiste na necessidade de um aumento do orçamento, tendo em conta os principais desafios que o setor agroalimentar enfrenta em 2022 e continuará a enfrentar em 2023, em particular, devido aos efeitos crescentes da agressão injustificada e não provocada da Rússia contra a Ucrânia e da pandemia de COVID-19, que também estão a afetar a segurança alimentar e comportabilidade dos preços dos alimentos na UE, dado que a

guerra da Rússia contra a Ucrânia agravou gravemente o problema – já difícil e complicado – do acesso aos fatores de produção e da comportabilidade dos preços dos mesmos, além de fazer aumentar a especulação nos mercados de produtos agrícolas de base; recorda a necessidade de dispor de margens suficientes abaixo dos limites máximos para enfrentar circunstâncias imprevistas, uma vez que persiste a incerteza nas perspetivas económicas;

12. Assinala que vários setores agrícolas foram severamente afetados pela pandemia de COVID-19, a invasão russa da Ucrânia e outras crises; reitera que essas crises estão a ter fortes consequências, incluindo um aumento súbito dos preços da energia e dos fatores de produção agrícola – como os fertilizantes – o que coloca em risco os rendimentos dos nossos agricultores; insta à continuação e ao aumento dos reforços específicos das rubricas orçamentais pertinentes relativas às medidas de apoio ao mercado, tendo também em conta o impacto negativo da peste suína africana e da gripe aviária nos agricultores da União e, conseqüentemente, na cadeia de abastecimento alimentar; sublinha a importância de aumentar a autonomia da União e a capacidade de exportação de produtos agrícolas ucranianos, tendo em conta o bloqueio prolongado dos portos ucranianos; insta a Comissão a aumentar as dotações financeiras para os Estados-Membros que fazem fronteira com a Ucrânia e que têm acesso ao mar, a fim de aumentar a capacidade de armazenamento nos portos e apoiar as infraestruturas locais; congratula-se com todos os outros apoios adicionais concedidos pela Comissão aos agricultores afetados pela guerra na Ucrânia, nomeadamente as intervenções no mercado, o apoio excecional ao abrigo do FEADER, o desembolso antecipado dos pagamentos diretos e também as derrogações às obrigações de ecologização; espera que – à medida que a crise e as consequências da guerra na Ucrânia se prolonguem no futuro – a Comissão esteja disposta a apoiar desta forma os agricultores também em 2023;
13. Congratula-se por a Comissão ter proposto, no projeto de orçamento, que a nova reserva agrícola em 2023 seja estabelecida exclusivamente a partir das disponibilidades dentro dos sublimites máximos do FEAGA e que o remanescente da reserva para crises de 2022 seja redistribuído aos agricultores; insiste em que a disciplina financeira não seja utilizada para preencher a nova reserva agrícola em 2023;
14. Chama a atenção para a globalização progressiva dos processos económicos, a rápida concentração e integração no resto da cadeia de mercado, o aumento das normas de produção da UE e a concentração do investimento em centros urbanos e setores com taxas de rentabilidade mais elevadas; constata que estes fenómenos agravam a disparidade de rendimentos entre a agricultura e o resto da economia, razão pela qual a perspetiva orçamental da PAC nos próximos anos deve dar prioridade à manutenção do nível mais elevado possível de rentabilidade da produção agrícola e da posição mais forte possível para os agricultores nas cadeias de abastecimento;
15. Acolhe com agrado a mobilização da reserva para crises para financiar medidas excecionais destinadas aos agricultores da União mais afetados pela guerra na Ucrânia; insta a Comissão a preparar uma análise pormenorizada da forma como os Estados-Membros despenderam as suas dotações da reserva para crises e a investigar se o apoio se destinava aos setores mais afetados pela atual crise; solicita, ao mesmo tempo, uma análise exaustiva do impacto desta intervenção no setor agrícola e salienta a

importância de afetar novos recursos – inclusive de fora da PAC – para estabilizar a situação nos mercados dos combustíveis e dos fertilizantes inorgânicos; salienta que a reserva para crises deve poder voltar a ser mobilizada rapidamente;

16. Realça a necessidade de um acompanhamento cuidadoso dos planos estratégicos nacionais da PAC, a fim de assegurar a sua eficácia com vista a permitir à agricultura da União – incluindo a cadeia agroalimentar – garantir a exploração agrícola eficiente e estável, a viabilidade e a segurança alimentar e acalmar a turbulência do mercado resultante da invasão russa da Ucrânia; reitera a necessidade de o Conselho manter um orçamento plurianual ambicioso no âmbito da rubrica 3, tendo em conta a necessidade de apoiar os agricultores com vista a alcançar a segurança alimentar;
17. Reitera a necessidade de apoiar e equipar os agricultores e os produtores agrícolas e alimentares da União de modo a que estejam preparados para os desafios futuros, salvaguardando simultaneamente os seus rendimentos e a sua competitividade, a fim de os capacitar para assegurar a segurança alimentar; recorda que a pandemia de COVID-19 e a invasão russa da Ucrânia sublinharam o papel estratégico que a agricultura desempenha para assegurar a segurança alimentar; insta os Estados-Membros da UE a disponibilizarem receitas adicionais afetadas externamente para financiar a segurança alimentar através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e dos fundos de coesão; exorta a Comissão a tornar a segurança alimentar uma das principais prioridades da reserva de fundos não afetados para 2023; convida a Comissão a mobilizar instrumentos especiais para disponibilizar fundos adicionais no IVCDI;
18. Lamenta o aumento acentuado dos incêndios florestais na Europa devido às alterações climáticas e insta veementemente os Estados-Membros a reforçarem as medidas de prevenção de incêndios, a melhorarem o acesso dos agricultores à irrigação e ainda a modernizarem as instalações, no âmbito dos planos estratégicos nacionais; entende, além disso, que é absolutamente necessário promover a restauração das florestas na União Europeia;
19. Congratula-se com o objetivo da Comissão de reduzir a dependência energética da União em relação a países terceiros, porém rejeita firmemente a sua proposta de dar aos Estados-Membros a possibilidade de disponibilizarem até 12,5 % do FEADER através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para apoiar investimentos no âmbito do capítulo RePowerEU; considera que tal transferência põe em perigo a realização dos objetivos fundamentais da PAC e que a necessidade de reprogramar os fundos pode causar atrasos e encargos administrativos desnecessários; recorda que a PAC não pode ser utilizada como alavanca para todos os novos objetivos políticos da União e que deve continuar a cumprir a sua missão para com os agricultores, a fim de assegurar a nossa autonomia alimentar; faz notar que o regulamento relativo aos planos estratégicos da PAC já permite o financiamento de investimentos e medidas semelhantes aos propostos no âmbito da iniciativa RePowerEU;
20. Assinala que 2023 é o primeiro ano de aplicação da nova PAC com um novo modelo de prestação baseada no desempenho; observa que é fundamental que a nova PAC seja apoiada por um orçamento sólido e que é necessário que os Estados-Membros estejam preparados e sejam apoiados financeiramente para fazerem esta transição para um novo sistema; sublinha que há uma série de novas práticas e medidas no âmbito dos planos

estratégicos – tais como novos regimes ecológicos reforçados, mas também serviços ou práticas de aconselhamento agrícola – que nos ajudarão a alcançar também os objetivos estabelecidos no âmbito da Estratégia do Prado ao Prato, como a agricultura de baixo carbono, a agrossilvicultura e a paludicultura; considera que, se quisermos alcançar uma elevada adesão por parte dos agricultores, é necessário que eles recebam apoio financeiro;

21. Salienta a necessidade de se encontrar financiamento, fora da Política Agrícola Comum, para apoiar pontualmente setores afetados por condicionantes externas de cariz político ou sanitário;
22. Releva que a Comissão reconhece as alterações climáticas como um risco suscetível de influenciar, em 2023, as despesas de ajuda humanitária no âmbito da rubrica 6: Vizinhaça e Mundo; lamenta, no entanto, que a margem deixada nesta rubrica 6 seja nula, apesar da necessidade de flexibilidade para responder a crises humanitárias que possam resultar ou ser afetadas pelas alterações climáticas, bem como aos impactos da COVID-19, da inflação dos preços dos produtos alimentares e da invasão russa;
23. Insta a Comissão a reforçar a rubrica relativa ao mecanismo de crise do IVCDI, a fim de instituir um programa para a segurança alimentar no hemisfério sul no âmbito do pilar de resposta rápida.

**INFORMAÇÕES SOBRE A APROVAÇÃO  
NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER**

<b>Data de aprovação</b>	29.9.2022
<b>Resultado da votação final</b>	+: 36 -: 0 0: 4
<b>Deputados presentes no momento da votação final</b>	Clara Aguilera, Atidzhe Alieva-Veli, Álvaro Amaro, Daniel Buda, Isabel Carvalhais, Asger Christensen, Dacian Cioloș, Paolo De Castro, Jérémy Decerle, Salvatore De Meo, Dino Giarrusso, Francisco Guerreiro, Martin Häusling, Martin Hlaváček, Elsi Katainen, Camilla Laureti, Ulrike Müller, Maria Noichl, Juozas Olekas, Eugenia Rodríguez Palop, Bronis Ropè, Bert-Jan Ruissen, Anne Sander, Petri Sarvamaa, Simone Schmiedtbauer, Marc Tarabella, Sarah Wiener, Juan Ignacio Zoido Álvarez
<b>Suplentes presentes no momento da votação final</b>	Eric Andrieu, Marie Dauchy, Ladislav Ilčić, Benoît Lutgen, Cristina Maestre Martín De Almagro, Tilly Metz, Tom Vandenkendelaere
<b>Suplentes (art. 209.º, n.º 7) presentes no momento da votação final</b>	Alessandra Basso, Gianna Gancia, Niclas Herbst, Krzysztof Hetman, Rainer Wieland



## VOTAÇÃO NOMINAL FINAL NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER

36	+
ECR	Ladislav Ilčić, Bert-Jan Ruissen
ID	Alessandra Basso, Marie Dauchy, Gianna Gancia
NI	Dino Giarrusso
PPE	Álvaro Amaro, Daniel Buda, Salvatore De Meo, Niclas Herbst, Krzysztof Hetman, Benoît Lutgen, Anne Sander, Petri Sarvamaa, Simone Schmiedtbauer, Tom Vandenkendelaere, Rainer Wieland, Juan Ignacio Zoido Álvarez
RENEW	Atidzhe Alieva-Veli, Asger Christensen, Dacian Cioloș, Jérémy Decerle, Martin Hlaváček, Elsi Katainen, Ulrike Müller
S&D	Clara Aguilera, Eric Andrieu, Isabel Carvalhais, Paolo De Castro, Camilla Laureti, Cristina Maestre Martín De Almagro, Maria Noichl, Juozas Olekas, Marc Tarabella
The Left	Eugenia Rodríguez Palop
Verts/ALE	Bronis Ropė

0	-

4	0
Verts/ALE	Francisco Guerreiro, Martin Häusling, Tilly Metz, Sarah Wiener

Legenda dos símbolos utilizados:

+ : votos a favor

- : votos contra

0 : abstenções